

Embargado: não transmitir telegraficamente, não divulgar na Internet nem publicar em qualquer outra mídia antes das 14h00 EST (hora de Washington) ou 19h00 (GMT) de 5 de dezembro de 2000



Banco Mundial

Comunicado n.º 2001/126/S

Contatos: Phil Hay (202) 473-1796

Phay@worldbank.org

Stevan Jackson (202) 458-5054

Sjackson@worldbank.org

Cynthia Case McMahon (TV/Rádio) (202) 473-2243

Ccase@worldbank.org

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO PODERIAM TER O MAIS RÁPIDO CRESCIMENTO EM UMA DÉCADA MAS SÃO PREJUDICADOS POR BARREIRAS COMERCIAIS NOS PAÍSES RICOS

Melhorias em saúde, matrícula escolar e alfabetização aumentam perspectivas de crescimento

WASHINGTON, 5 de dezembro de 2000 – Inovações tecnológicas que reduziram o custo dos transportes e das comunicações, juntamente com a remoção de barreiras comerciais na última década, deram ensejo a uma aceleração do comércio internacional, segundo um relatório do Banco Mundial divulgado hoje. De fato, é possível que haja um crescimento de 12,5% no volume do comércio mundial este ano, o que seria a mais alta taxa de crescimento desde antes do primeiro choque do petróleo na década de 1970. Muitos países em desenvolvimento fomentaram o crescimento das exportações e do PIB nos anos 90. O relatório adverte, porém, que muitos dos países mais pobres do mundo, especialmente os assolados por conflitos na África, não acompanharam esse ritmo.

Segundo o *Global Economic Prospects and the Developing Countries 2001*, relatório no qual o Banco Mundial atualiza anualmente as perspectivas dos países em desenvolvimento, o crescimento econômico desses países deverá acusar taxas de 5,3% este ano e 5% no próximo ano, caindo para 4,8% em 2002. Há grande incerteza, porém, no que se refere às ocorrências no mercado do petróleo, assim como à durabilidade da excepcional expansão sem inflação registrada nos Estados Unidos.

“Muitos países em desenvolvimento adotaram programas de reforma necessários para o crescimento sustentado, reduzindo a inflação, aumentando a sua integração na economia mundial e melhorando a educação e a saúde de seus trabalhadores – diz Nick Stern, Economista-Chefe e Vice-Presidente Sênior do Banco Mundial. – Esse progresso melhorou consideravelmente as perspectivas de crescimento e de substancial redução da pobreza na próxima década. As economias em desenvolvimento continuarão, contudo, enfrentando significativos riscos nestes próximos anos, inclusive a possibilidade de uma volatilidade maior nos mercados financeiros, de uma abrupta retração no crescimento dos Estados Unidos, de variações acentuadas nos preços do petróleo e de falha no aprofundamento de suas reformas.”

Perspectivas para os países em desenvolvimento e para o comércio mundial

Ao que tudo indica, a economia mundial está chegando a um pico cíclico em 2000, fortalecida por uma nova aceleração do crescimento nos EUA e pela recuperação na Europa e no

Japão, bem como por uma acentuada recuperação nos países afetados pela crise financeira. O aparente fortalecimento das tendências de crescimento da produtividade nos EUA, o aumento da flexibilidade no mercado de trabalho e da concorrência no mercado de produtos na Europa e as medidas com vistas à reestruturação financeira e corporativa no Japão melhoraram as perspectivas de crescimento a longo prazo.

O mesmo se aplica aos países em desenvolvimento, onde a liberalização dos mercados, políticas macroeconômicas mais estáveis e a mudança tecnológica favoreceram a integração. Ademais, os países em desenvolvimento melhoraram a saúde e o nível de instrução de seus trabalhadores, fato que deverá fomentar o crescimento a longo prazo. Indicadores de “capital humano”, como a matrícula escolar e as taxas de alfabetização, acusaram melhoria na maioria das regiões em vias de desenvolvimento. As taxas de analfabetismo, por exemplo, caíram de 31% em 1990 para 26% em 1998, e a esperança de vida subiu de 63 para 65 anos.

Melhoria das condições para crescimento nos países em desenvolvimento		
	1988-90	1998-2000
Abertura (Comércio/PIB)	29,0	43,5
Taxa mediana de inflação	12,6	6,1
Saldo fiscal mediano / PIB	-2,7	-1,8
IED* / PIB	0,5	2,7
DEDP** / Exportações	172,6	142,2
Taxas de matrícula escolar		
Primária	78,0	82,0
Secundária	56,0	63,0
Taxa de analfabetismo	31,0	26,0
Mortalidade de menores de 5 anos	91,0	79,0
Esperança de vida	63,0	65,0

Investimento estrangeiro direto. ** Dívida externa desembolsada e pendente.

Se os países em desenvolvimento conseguirem realizar suas perspectivas de crescimento a longo prazo, poderão também conseguir reduzir substancialmente a parcela da população mundial que vive em extrema pobreza – com menos de US\$1 por dia. Isso só ocorrerá, porém, se o comportamento do seu PIB tiver bases amplas e o pobres tiverem plena participação no processo de crescimento e desenvolvimento.

Perspectivas regionais

Embora se possa prever para os próximos dois anos certa redução do ritmo de crescimento em relação ao pico atingido nos primeiros meses de 2000, todas as regiões em desenvolvimento deverão ter crescimento a curto prazo na renda *per capita*, variando de quase 6% na Ásia oriental a cerca de 1,5% no Oriente Médio no Norte da África e na África subsaariana.

Na **Ásia oriental**, os cinco países mais duramente atingidos pela crise financeira (Coréia, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia) acusaram acentuada recuperação após a recessão de 1997-98. Em média, os cinco países acusaram expressiva recuperação em 1999, com uma taxa de 6,7% – em contraste com o declínio de 8,2% que sofreram na crise de 1998 –, consolidada ainda por quase 7% de crescimento em 2000. Na China, o crescimento durante o período após a crise variou de 7% a 8%.

Em 2001-02, é provável que o crescimento na região da **Ásia oriental** comece a moderar-se e a convergir para vetores de crescimento a mais longo prazo. Os dois países mais vulneráveis são Indonésia e Filipinas. Ambos sofrem também debilidades políticas, distúrbios civis e (do ponto de vista dos investidores) uma percepção de que as práticas operativas empresariais ainda não se tornaram substancialmente mais transparentes.

Na **Ásia meridional**, o PIB subiu a 5,7% em 1999 e provavelmente chegará a 6% em 2000, devido a um desempenho da agricultura melhor do que o esperado na Índia, no Paquistão e em Bangladesh, bem como a uma aceleração da produção industrial indiana, que marcou taxas de dois dígitos, e a vigorosos avanços na produção de serviços. A taxa média de crescimento da região deverá reduzir-se para 5,5% em 2001-02. Problemas financeiros provavelmente virão restringir o crescimento no Paquistão. Além disso, a região depende muito da importação de energia e (especialmente quanto aos países menores) da exportação de produtos agrícolas como algodão, chá e borracha. A necessidade de se ajustar às perdas nas relações de troca ocasionadas por recentes flutuações adversas nos preços dos produtos primários poderá amortecer o crescimento no futuro próximo.

Na **América Latina**, embora a recuperação tenha mostrado um vigor impressionante, o ímpeto parece ter caído um pouco no segundo semestre. O PIB deverá subir 4% em 2000, mas as taxas de crescimento variarão consideravelmente em diferentes partes da região. A América Latina está a ponto de iniciar uma fase de crescimento moderado e constante para a próxima década, devido à tendência anterior no sentido da adoção de políticas mais favoráveis ao mercado nos países maiores, a setores bancários e financeiros relativamente fortes, a possíveis efeitos secundários do que ocorre nos EUA e ao maior incremento do investimento estrangeiro direto entre as regiões em desenvolvimento.

Na **Europa e na Ásia Central**, o crescimento médio do PIB deverá atingir 5,2% em 2000, ou significativamente mais do que o avanço de 1% registrado em 1999. Na Rússia, ocorreu uma recuperação inesperadamente vigorosa, embora dependente em grande parte das receitas do petróleo e mais frágil do que a da Ásia oriental. Com a esperada estabilização dos preços do petróleo no médio prazo, enquanto vão desaparecendo os efeitos da desvalorização do rublo de 1998, o ritmo de crescimento do PIB da Rússia, atualmente de 7,2%, deverá sofrer significativa desaceleração no médio prazo.

A mais longo prazo, as perspectivas da região melhoraram consideravelmente após os problemas ocorridos durante a transição para economias de mercado nos anos 90. Os países arrimados pelo processo de integração na UE têm forte incentivo para pôr em prática reformas e estão em condições de acusar um crescimento maior que o dos outros países da região.

Na **África subsaariana**, os efeitos adversos da crise de 1997-99 continuaram a deprimir a atividade econômica em 2000, face à permanência dos preços das mercadorias (exceto o petróleo) perto de níveis ciclicamente baixos. Contudo, o incremento das receitas do petróleo estimulou o crescimento para os seus exportadores da região, tendo o produto da África do Sul acusado um crescimento de 2,2%, depois de muitos anos de desempenho inexpressivo. Em média, a região passou por uma aceleração do crescimento, de 2,1% em 1999 para 2,7%, e a renda *per capita* estabilizou-se após dois anos de declínio.

Os países com clima normativo mais favorável – por exemplo, Botswana, Uganda e vários países da zona do CAF – tenderam a mostrar um desempenho melhor do que a média, com ganhos do PIB de 4,4%. Os países onde ocorreram conflitos civis ou graves distúrbios políticos – por exemplo, Angola, a República Democrática do Congo, Serra Leoa, Etiópia e Zimbábue – registraram desempenhos mais fracos, com queda do PIB de 1,5% durante o ano.

O progresso nos programas de reforma e no alívio da dívida melhoraram as perspectivas de crescimento. A renda *per capita* deverá subir 1,3% ao ano no próximo decênio, num desempenho bem melhor do que o continuado declínio registrado nos anos 90, mas não passando de um terço

da média das economias asiáticas. Não obstante, as economias da África subsaariana continuarão afetadas por deficiências da infra-estrutura de transporte e comunicações, pela falta de confiança dos investidores, que estimula a evasão de capitais e limita as taxas de investimento privado, e pela persistência de baixos níveis de assistência oficial.

É importante assinalar que o HIV/AIDS terá substancial efeito negativo em vários países. Segundo as mais recentes estimativas, estão na África subsaariana 24,5 milhões (ou 70%) dos 34,3 milhões de casos existentes em todo o mundo, e 12,1 milhões do total de 13,2 milhões de órfãos da AIDS. A prazo mais longo, o crescimento da mão-de-obra nos países mais afetados poderia sofrer queda percentual de 1-2 pontos. O fato de que as vítimas tendem a ser adultos ativos em seus anos mais produtivos amplia o trágico impacto humano da doença e provavelmente deprimirá o crescimento.

No **Oriente Médio e Norte da África**, as ocorrências favoreceram muito os países tanto exportadores como não exportadores de petróleo, com um crescimento do PIB de 2,2% registrado em 1999 e uma previsão de 3,1% de crescimento para 2000. Além das receitas do petróleo, a região beneficiou-se também de um vigoroso crescimento na Europa ocidental, que impeliu um surto do turismo, com a chegada de um número recorde de visitantes em muitos países do Norte da África e do Mediterrâneo.

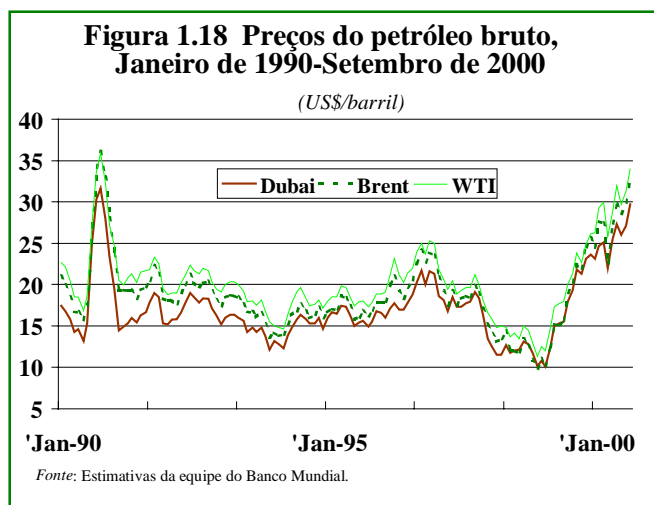
A atividade deverá acusar moderado incremento, subindo a 3,8% de crescimento em 2001 e a 3,6% em 2002. Com o petróleo cotado a US\$25/barril em 2001 e \$21 em 2002, as receitas de exportação deverão continuar suportando o crescimento da renda nos países exportadores de petróleo. Para os exportadores diversificados, o efeito positivo de uma alta da demanda externa está sendo toldado por taxas de câmbio relativamente mais elevadas, altos déficits fiscais em alguns países e declínios nas bolsas de valores. Ademais, o recente conflito no Levante pode também amortecer a confiança na região.

Preços do petróleo deverão cair

O atual choque do preço do petróleo deverá ser passageiro, dado o fato de ter sido gerado por uma combinação de inesperados fatores de curto prazo. A combinação de aumentos da oferta com certo declínio da demanda (em virtude da alta dos preços) deverá reduzir a cotação do petróleo de uma média de US\$28/barril em 2000 para US\$25/barril em 2001 e US\$21/barril em 2002.

Nas piores hipóteses plausíveis (por exemplo, um inverno excepcionalmente rigoroso ou inesperadas perturbações do abastecimento) poderia ocorrer uma alta dos preços para a média de US\$30 em 2000 e 2001, com picos temporários que poderiam chegar a US\$50 ou mais.

Dependendo da política e das reações do setor privado, essas altas de preços poderiam gerar substancial risco para a expansão mundial, especialmente se o choque contribuir para a ocorrência de acentuados declínios nos mercados de valores dos países industrializados. É difícil, contudo, imaginar uma persistência de preços significativamente mais altos por mais de um ou dois anos, dado que, em resposta, aumentaria a



produção dos países não pertencentes à OPEP e a disponibilidade de fontes alternativas de energia. No restante da década, os preços deverão ficar numa média de cerca de US\$18/barril, graças a melhoramentos tecnológicos (por exemplo, melhores métodos de localizar e extrair petróleo cru) que fortalecerão a produção de energia e à continuação dos esforços de conservação.

Não obstante, a alta dos preços do petróleo aumentou as pressões inflacionárias e os déficits comerciais em alguns dos países desenvolvidos, incrementando também as tensões no tocante ao nível de impostos sobre a gasolina. Os países em desenvolvimento importadores de petróleo têm sido mais severamente atingidos do que os industrializados, porque consomem mais energia por unidade de produção e têm menos acesso ao financiamento externo necessário para manter os níveis de despesa até que os preços do petróleo entrem em declínio. Ademais, os preços dos seus produtos primários de exportação (especialmente bebidas tropicais e outros produtos agrícolas) continuaram declinando no curso de 1999 e 2000, tendo assim caído quase verticalmente as suas relações de troca.

As políticas comerciais da década de 1990 e os países mais pobres

Nas duas últimas décadas, a maioria dos países em desenvolvimento levou a cabo significativa liberalização dos seus regimes de comércio. O crescimento das suas exportações acelerou-se nos anos 90, acompanhando a expansão de 6% ao ano no comércio mundial, em termos de volume. As taxas médias de crescimento *per capita* nos países em desenvolvimento em conjunto mantiveram-se muito abaixo das dos países ricos nos anos 90. Embora a China e a Índia tenham lançado reformas do mercado e crescido rapidamente, o crescimento foi decepcionante em grande número de países pequenos e pobres.

A liberalização dos regimes de comércio associou-se, na década de 1990, a um substancial incremento da renda e das exportações de muitos países em desenvolvimento, mas esse resultado é disfarçado em parte por profundos choques políticos e vários conflitos externos e civis, que afetaram particularmente os países mais pobres. Contudo, mesmo que se excluam os países em conflito, os países mais pobres registraram taxas de crescimento mais baixas que as dos de renda média, devido tanto a deficiências de política internas como a barreiras comerciais externas.

Apesar da propagação das reformas e da melhoria das condições econômicas mundiais, a renda real média *per capita* dos países em desenvolvimento cresceu a taxas inferiores a 1% ao ano durante a década de 1990, em comparação com mais de 2% nos países industrializados. As regiões onde se registraram os maiores declínios das barreiras comerciais, incluindo a Ásia oriental, a Ásia meridional e a América Latina, registraram também a maior aceleração das exportações. Em contraste, o crescimento do volume de exportações na África subsaariana atingiu a média anual de apenas 2%, devido em parte ao fato de que o comércio internacional dos produtos por eles exportadores cresceu à metade da taxa de crescimento do comércio global. Os países da África subsaariana, do Oriente Médio e do Norte da África acusaram também declínio das respectivas parcelas do mercado das suas exportações tradicionais.

Debilidades nas políticas pertinentes ao comércio continuaram restringindo o crescimento em muitos dos países mais pobres. A valorização das taxas de câmbio reais e a alta volatilidade da taxa de câmbio real muitas vezes ocorreram associadas com uma contida resposta das exportações à liberalização do comércio; o crescimento da renda *per capita* se mostrou significativamente mais rápido nos países pobres com taxas de câmbio real relativamente estáveis. Com a ausência de efetivos programas de isenção de direitos e impostos aduaneiros,

combinada com o uso fiscal de tarifas sobre bens intermediários e de capital, cresceram os custos enfrentados pelos exportadores.

Assim, não obstante a ocorrência de progressos significativos, inclusive uma liberalização acelerada do comércio, os regimes de políticas em muitos dos países mais pobres parecem inadequados para elevar o padrão de vida, melhorar ou mesmo manter a parcela das exportações para mercados tradicionais, ou estimular uma rápida diversificação. Fatores externos também desempenharam um papel.

Barreiras comerciais nos países industrializados prejudicam os países pobres

As altas barreiras comerciais impostas pelos países industriais às importações de produtos agrícolas e alimentos processados contribuíram, juntamente com os subsídios à agricultura, para o comportamento relativamente inexpressivo das exportações dessas mercadorias pelos países em desenvolvimento. Tais barreiras prejudicaram especialmente os países mais pobres, para os quais – devido ao fato de também lutarem com infra-estruturas fracas no que se refere ao comércio, como os transportes e comunicações, bem como devido à falta de mão-de-obra especializada – são pronunciadamente limitadas as opções para diversificar-se com outras exportações com maior potencial de crescimento.

Embora as tarifas médias nos EUA, no Canadá, na União Européia e no Japão – os chamados Países do Quad – variem de 4,3% no Japão a 8,3% no Canadá, as suas barreiras comerciais e tarifárias continuam muito mais altas para muitos produtos exportados pelos países em desenvolvimento. São aplicadas tarifas elevadas nos Países do Quad aos seguintes produtos:

- Importantes gêneros alimentícios essenciais, tais como carne, açúcar, leite, laticínios e chocolate, sujeitos a tarifas que freqüentemente ultrapassam 100%;
- Tabaco e certas bebidas alcoólicas;
- Frutas e legumes – inclusive tarifas de 180% sobre bananas em excesso de quota na UE, e 550% e 132% para amendoim descascado no Japão e nos EUA, respectivamente;
- Produtos da indústria de alimentos, tais como sucos de frutas, carne enlatada, pasta de amendoim e confeitos açucarados, cujas alíquotas passam de 30% em vários mercados; e
- Têxteis, vestuário e calçados, sujeitos a tarifas na faixa de 15% a 30% para grande número de produtos.

Todos estes são setores nos quais os países em desenvolvimento têm vantagem comparativa.

“Muitos dos países mais pobres do mundo não lograram ganhar os benefícios do aumento da abertura para a economia global, devido a suas próprias deficiências de política e institucionais, mas também, e de forma importante, ao severo impacto das barreiras protecionistas contra seus bens nos países industrializados” – afirma **Uri Dadush, Diretor do Grupo de Política e Perspectivas Econômicas do Banco Mundial**, que produz anualmente as Perspectivas Econômicas Mundiais. – *“Essas barreiras comerciais atuam como importante barreira rodoviária para os países em desenvolvimento interessados em levar quantidades maiores dos seus têxteis e produtos agrícolas aos lucrativos mercados de importação dos países industrializados”*.

Com uma proteção maior, só os produtores agrícolas mais eficientes dos países em desenvolvimento podem entrar nos mercados dos países industriais, e os produtores relativamente mais ineficientes destes podem manter sua parcela do mercado. A julgar pelo sucesso de muitos países em desenvolvimento com produtos que enfrentam menor proteção e

menos subsídios, como flores frescas da África, e parcelas maiores do comércio de frutas e legumes, poder-se-ia concluir também que, se fosse reduzida a proteção na agricultura, muitos dos países mais pobres poderiam aumentar as suas exportações.

Padrões, países em desenvolvimento e o sistema mundial de comércio

Os padrões de produção (as normas que regem as características dos bens, geralmente impostas para proteger a saúde e a segurança) são críticos para um funcionamento eficiente dos mercados e proporcionam significativo apoio ao sistema de comércio. Contudo, muitos países em desenvolvimento (particularmente os mais pobres) não contam com os recursos tecnológicos e financeiros necessários para desenvolver padrões de produção efetivamente, para atender aos requisitos de importação dos países industrializados e para mover ações quando os padrões são usados para discriminar contra as suas exportações.

A imposição de normas trabalhistas básicas (como o direito de formar sindicatos e a abolição do trabalho infantil explorativo e da servidão), bem como de normas ambientais (como limites para a poluição e o desflorestamento) é de importância capital tanto para o crescimento como para a equidade. O uso de sanções comerciais em apoio aos padrões trabalhistas e ambientais, contudo, provavelmente será contraproducente, uma vez que tais sanções restringiriam o acesso dos países aos mercados internacionais, pouco fazendo ao mesmo tempo para melhorar o bem-estar. As normas trabalhistas e ambientais geralmente se aprimoram à medida que um país se desenvolve, mas os baixos padrões trabalhistas e ambientais geralmente não constituem fonte significativa de vantagem comparativa. A imposição de sanções comerciais é sujeita à manipulação por parte de interesses protecionistas e prejudica os trabalhadores ao reduzir a demanda dos bens que eles produzem. Ainda que a ameaça de sanções possa melhorar as condições para certos trabalhadores, é pouco provável que as condições médias de trabalho na economia melhorem. Assim também, estudos empíricos mostram que a imposição de sanções comerciais aos exportadores pode causar consideráveis perdas de produção, pouco fazendo, ao mesmo tempo, para reduzir a poluição.

Comércio eletrônico e os países em desenvolvimento

Segundo o novo relatório, a Internet é a globalização sob efeito de esteróides. Graças a ela, será fomentada a eficiência e fortalecida a integração dos mercados, tanto domesticamente como internacionalmente, de modo particular nos países em desenvolvimento que se acham em situação menos vantajosa por deficiência de acesso às informações. Embora deva fortalecer o crescimento global, a Internet traz também maior perigo de marginalização econômica para países que não podem acessá-la eficientemente.

Para tirar partido do comércio eletrônico, tornam-se necessárias políticas semelhantes às que se impõem para a capitalização das oportunidades de comércio internacional: a melhoria da coordenação internacional, por exemplo com vistas à interoperabilidade da tecnologia de comunicação e ao enfrentamento dos desafios aos sistemas tributários e financeiros nacionais; uma economia aberta que promova a concorrência e a difusão de tecnologias internauticas; e eficientes serviços sociais e de infra-estrutura, e, de modo particular, um setor de telecomunicações competitivo e uma mão-de-obra bem instruída.

O relatório adianta que o custo dos esforços para chegar aos mercados dos países industriais vai cair, gerando grandes ganhos do comércio internacional. As empresas dos países em desenvolvimento que vendam produtos diferenciados e intensivos de mão de obra (por exemplo, artefatos artesanais, *software*, serviços às empresas – especialmente serviços que envolvam o

processamento remoto de informações de rotina) verão crescer a demanda. As firmas dos países em desenvolvimento serão também beneficiadas pela oportunidade de passar diretamente às tecnologias mais avançadas.

O acesso à Internet, porém, varia tremendamente de um país para outro, fator que aumenta o perigo de isolamento econômico para países que não possam acessá-la eficientemente. Nos EUA, 30% da população têm acesso *on-line*, comparados a apenas 0,6% nos países em desenvolvimento. Nos próximos 10 anos, o acesso à Internet nestes últimos deverá crescer num ritmo mais rápido que nos países industrializados, apoiado pelo crescente uso de telefonia celular como importante meio de acesso à Internet.

Em termos *per capita*, é provável que o acesso à Internet continue limitado, especialmente nos países mais pobres, permanecendo bem abaixo dos níveis em que atualmente se encontram os países industrializados. O acesso por empresas dos países em desenvolvimento poderá crescer significativamente, mas os países em desenvolvimento mais pobres podem ver ainda reduzidas as suas oportunidades por falta de capital humano e dos serviços complementares necessários para uma efetiva participação no comércio eletrônico.

*“É preciso que os países em desenvolvimento se mantenham abertos ao comércio e ao investimento estrangeiro direto, a fim de absorver inovações tecnológicas recentes. Com a Internet a desempenhar um papel mais importante no comércio global, os países que não acompanharem o progresso tecnológico correrão o risco de ficar à margem – assinala **Bill Shaw, autor principal de Global Economic Prospects 2001 e Economista do Banco Mundial.** – Para os países em desenvolvimento, o desafio está em realizar a admirável promessa da Internet no impulso ao crescimento econômico e em evitar que se torne mais largo o fosso digital.”*

-###-

Jornalistas podem ter acesso ao material antes da expiração do embargo através do World Bank Online Media Briefing Center, localizado na Internet no seguinte endereço:
<http://media.worldbank.org/secure/>.

Os jornalistas credenciados que ainda não possuem senha poderão solicitá-la preenchendo o formulário de registro em:
<http://media.worldbank.org/>

O texto integral do relatório, os comunicados pertinentes e outros materiais estarão à disposição do público na Internet imediatamente depois de expirar o embargo, em:
<http://www.worldbank.org/prospects/gep2001>

Convidamos os veículos de mídia a incluir este endereço da Web na sua cobertura do relatório.